

UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE DESIGN

HENRIQUE MARTINS TERCEIRO

**ME REPRESENTA
PROJETO DE INTERFACE PARA UM APLICATIVO DE MEDIAÇÃO
DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

BRASÍLIA
2018

HENRIQUE MARTINS TERCEIRO

ME REPRESENTA
PROJETO DE INTERFACE PARA UM APLICATIVO DE MEDIAÇÃO DA
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Trabalho de conclusão de curso
submetido ao curso de Desenho Industrial
da Universidade de Brasília para a
obtenção do grau de bacharel em
Desenho Industrial / habilitação
Programação Visual.

Orientadora: Dr^a. Daniela Fávaro
Garrossini

Brasília, 2018

Agradecimentos

Tenho muitas pessoas a agradecer pela oportunidade e o privilégio de estar onde estou. Em primeiro lugar ao sr. Carlos Terceiro, meu pai, que além de todo apoio e estrutura que me proporcionou nestes anos de UnB também sempre me serviu de exemplo e inspiração para a formação do meu caráter. Agradeço à minha mãe e meus irmãos pela atenção a mim quando preciso; aos meus amigos, entre eles, Allan Mendes, cujas aulas sobre tecnologia e ficção serviram de norte à temática deste projeto e Lucas Caldas, que deu orientações na parte estatística do trabalho. Gostaria de agradecer ao corpo docente do Desenho Industrial, aos secretários e técnicos e aos coordenadores Tiago Barros, Evandro Perotto, Fátima Santos e em especial à minha orientadora deste projeto Daniela Garrossini, pela atenção com o meu acompanhamento acadêmico.

Resumo

Este Projeto de Conclusão de Curso apresenta o desenvolvimento do projeto gráfico e de interface para um aplicativo multiplataforma que facilite a descoberta e acompanhamento de candidatos e representantes políticos com vistas a fomentar a cultura democrática de seus usuários. Por cultura democrática entende-se a disposição de os cidadãos de uma comunidade — organização, bairro, sindicato, cidade, país etc. — em participar ativamente em seus respectivos espaços deliberativos, mediados pelos seus canais de comunicação e avaliados pela efetividade com a qual as demandas destes cidadão são ouvidas e atendidas pelo poder público.

Palavras-chave: Aplicativos móveis. Cultura democrática. Design de interfaces. Design Centrado no usuário

Abstract

This Thesis project shows the development of the graphic and interface project for an multiplatform application to facilitate the discovery and tracking of elected representatives, aiming to promote a democratic culture for its users. Democratic culture is understood as the citizens' inclination from a certain community -- organization, neighborhood, union, city, country -- to actively participate in their respective decision-making spaces. Mediated by their communication channels and evaluated by the effectiveness by which the citizens' demands can be heard and met by the public authority

Keywords: Mobile Applications. Democratic culture. Interface design. User-Centered Design

Sumário

Resumo.....	4
Abstract.....	5
Lista de figuras.....	7
Lista de quadros.....	7
Lista de gráficos.....	8
Lista de organogramas.....	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 OBJETIVOS.....	11
1.1.1 OBJETIVOS GERAIS.....	11
1.1.2 OBJETIVOS E METAS ESPECÍFICOS.....	11
1.2 PÚBLICO-ALVO.....	12
1.3 PESQUISA DE CONCORRENTES.....	12
1.4 MÉTRICAS DE SUCESSO.....	14
1.4.1 MÉTRICAS QUALITATIVAS.....	14
1.4.2 MÉTRICAS QUANTITATIVAS.....	14
2 METODOLOGIA.....	15
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO (2010 – 2018).....	16
3.1.1 AS PRIMAVERAS DIGITAIS.....	18
3.1.2 AS DESILUSÕES DIGITAIS.....	20
3.2 ULTRA-POLÍTICA E QUEDA DO CONSENSO.....	21
3.2.1 A DEMOCRACIA LIBERAL EM CRISE.....	22
3.2.2 O EXTREMISMO NORMALIZADO.....	23
3.2.3 “GRAMSCIANOS DA DIREITA”.....	25
3.2.4 DA ARQUI-POLÍTICA À ULTRA-POLÍTICA.....	26
4 ANÁLISE DOS CONCORRENTES.....	28
4.1 RANKING DOS POLÍTICOS.....	28
4.1.1 METODOLOGIA.....	28
4.1.2 “CARREGANDO O ELEFANTE” – PRECEITOS QUE INSPIRARAM O PROJETO.....	29
4.1.3 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	30
4.2 POLITICAL COMPASS.....	33
4.2.1 TEORIA.....	34
5 O PROJETO.....	35
5.1 ARQUITETURA DE INFORMAÇÃO.....	35
5.1.1 ESQUEMA DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO.....	36
5.3 CORES.....	43
6 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIA.....	45

Lista de figuras

Figura 1 – Diagrama de eixos do “Political Compass” com quatro quadrantes.....	33
Figura 2 – Diagrama de personalidade de Hans Jurgen Eysenck e de posições políticas proposto por David Nolan.....	34
Figura 3 – Estrutura dos critérios.....	38
Figura 4 – Logotipos de partidos políticos do Brasil.....	43
Figura 5– Esquema de cores para o aplicativo Me Representa.....	43

Lista de quadros

Quadro 1 – comparação paramétrica das plataformas concorrentes e o idealizado para o aplicativo Me Representa.....	35
--	----

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Pontuação dos políticos no critério “qualidade legislativa” distribuídos em relação ao ranking geral.....	30
Gráficos 2 – Distribuição estatística dos políticos no critério “Processos”..	31
Gráficos 3 – Distribuição estatística dos políticos no critério “Outros”.....	31
Gráficos 4 – Distribuição estatística dos políticos no critério “Privilégios”..	31
Gráficos 5 – Distribuição estatística dos políticos no critério “Presença”..	31

Lista de organogramas

Organograma 1 – Esquema simplificado do sistema de pontuação do Ranking dos Políticos.....	36
Organograma 2 – Esquema simplificado do sistema de pontuação da plataforma Me Representa.....	37
Organograma 3 – Estrutura dos critérios e como eles se relacionam com questões e legislações.....	38
Organograma 4 – Estrutura dos critérios aplicada a um exemplo prático.	42
Organograma 5 – Relação de afinidade ou compatibilidade entre representantes e representados no sistema Me Representa.....	36
Organograma 6 – Mapa de interação.....	36

1 INTRODUÇÃO

O termo 'cultura democrática' é emprestado por Boaventura de Sousa Santos expressa, ao alertar sobre a sua importância na construção de um Estado de Direito realmente democrático e emancipatório em sua obra Para uma revolução democrática da justiça:

A revolução democrática do direito e da justiça só faz verdadeiramente sentido no âmbito de uma revolução mais ampla que inclua a democratização do Estado e da sociedade. Centrando-me no sistema jurídico e judicial estatal, começo por chamar a atenção para o fato de o direito, para ser exercido democraticamente, ter de assentar numa cultura democrática, tanto mais preciosa quanto mais difíceis são as condições em que ela se constrói. Tais condições são, efetivamente, muito difíceis, especialmente em face da distância que separa os direitos das práticas (Janaína Soares Shorr 210 ano XXIV nº 44, jul.- dez. 2015) sociais que impunemente os violam. A frustração sistemática das expectativas democráticas pode levar à desistência da democracia e, com isso, à desistência da crença no papel do direito na construção da democracia (SANTOS 2008, p. 8).

A obra é uma extensão de palestras sobre direito, justiça e cidadania em 2007 ministrados sob a máxima “democratizar a democracia”. Para Boaventura, democratizar a democracia significa radicalizar a prática democrática, tornando-a mais acessível e premente para o maior número de cidadãos possíveis. A tecnologia da informação pode servir de ferramenta catalisadora deste processo, mas sempre atuando junto a organizações e instituições em determinado contexto. Estudos sobre experiências com inovações democráticas aplicadas no âmbito das decisões públicas – notadamente o Orçamento Participativo (OP) – indicam que a prática tem potencial para trazer diversos benefícios na execução de políticas públicas, como o aumento da transparência e prestação de contas na execução de obras (*accountability*); mas indicam também seus limites efetivos (GARROSSINI, 2010; NOLASCO, 2015).

Este trabalho será desenvolvido em um momento de grandes debates públicos envolvendo o papel das mídias sociais nas democracias mundo afora. A sucessão de acontecimentos políticos diretamente ligados à influência das redes sociais põe em xeque a visão da internet como um ambiente idealizado para a prática democrática, remetendo a Ágora grega. Visão esta desenvolvida de forma analítica pelo sociólogo Manuell Castells em sua obra *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet* (2013), publicada no contexto da chamada 'primavera árabe' e, no Brasil, no que viria a se chamar 'jornadas de junho de 2013'. Os desdobramentos destes fenômenos em movimentos autoritários ou que visam golpes políticos (SIERRA CABALLERO, 2016), em especial no Brasil, onde o fomento de movimentos artificiais, fomentados por agentes externos, contribuíram para a instabilidade política do país a partir de 2014 (BAGGIO, 2016). Sem contar nas implicações que o monopólio das gigantes da tecnologia (Facebook, Apple, Google e Amazon) trazem para a economia e comportamento (cf. ZUBOFF, 2015).

É neste caldeirão de acontecimentos que novos paradigmas e interpretações da relação entre tecnologia e sociedade são criados, discutidos e desafiados. O presente trabalho tem a intenção de projetar e experimentar uma forma alternativa de relação, prestando atenção no rigor conceitual e científico, sem o qual o objeto de estudo não prospera academicamente. Espera-se que o trabalho sirva de referência e inspire novos modelos e projetos para o estudo deste assunto cada vez mais relevante na sociedade.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVOS GERAIS

A proposta do projeto é contribuir com o campo do design de interação / interfaces (UX design), no estudo, pesquisa e experimentação de soluções de sistemas de informação, filtro análise e monitoramento da atividade política de representantes eleitos.

1.1.2 OBJETIVOS E METAS ESPECÍFICOS

- Criar uma plataforma para a avaliação de políticos e candidatos a cargos eletivos de acordo com os próprios critérios, aspirações ideológicas e valores subjetivos do usuário;
- Aproximar estes candidatos de sua base, facilitando o acompanhamento de sua atividade política, conferindo assim uma maior transparência e responsabilidade na sua atuação (*accountability*);
- Promover, portanto, a cultura democrática com a participação política dos cidadãos mesmo após o período eleitoral. Os usuários terão uma noção prática da atuação de seus representantes, despertando o interesse no acompanhamento da vida política por meio de suas pautas;
- Diversidade e pluralismo dos participantes em relação às categorias sociais como sexo, raça, idade, status social, e posicionamento político. Quanto mais equilibrado e representativo como amostra à realidade social for a base de usuários, melhor.
- Possuir integração com sistemas de redes sociais populares, como estratégia de adesão e crescimento da rede.

- Incentivo ao conteúdo relevante e construtivo, que atente aos Direitos Humanos, o respeito à diversidade e à liberdade individual. Para um bom convívio comunitário.
- Segurança e respeito à privacidade dos usuários.

1.2 PÚBLICO-ALVO

Todas as idades, gêneros e inclinações político-partidárias e ideológicas. O projeto para ter sucesso precisa alcançar o público mais abrangente possível. Isso significa tanto diversidade social, buscando manter um ambiente convidativo às minorias, associadas ao campo progressista; quanto à chamada "diversidade nas ideias", ou seja, uma maior tolerância ao discurso controverso, também chamado de "politicamente incorreto", associado ao campo conservador. Estes valores são por vezes considerados antagônicos e mutualmente excludentes, necessitando que concessões e consensos sejam atingidos de maneira clara e objetiva. Muitas plataformas firmam estes contratos de convivência comunitária no momento do cadastro.

Esta orientação deve ser levada em conta por todo o processo de desenvolvimento do projeto, desde a sua arquitetura e lógica do sistema até na definição dos seus aspectos visuais e apelo estético. É temerário falar em neutralidade nos sistemas de controle de conteúdo. Até grandes plataformas e mídias como o Facebook e Twitter são alvo de suspeita. Quando se trata de uma aplicação de finalidade política e com propósito declarado, este cuidado deve ser redobrado.

1.3 PESQUISA DE CONCORRENTES

Seguindo a proposta do projeto foram encontrados diversos concorrentes, alguns já estabelecidos no mercado, outros acadêmicos ou experimentais.

Modelo de dados: Ranking dos Políticos – Plataforma que avalia os deputados e senadores em exercício por diversos parâmetros, gerando um ranking relativo, a princípio, às suas qualidades como parlamentar. Por ter uma plataforma simples e transparente, pode-se fazer uma análise minuciosa de seu sistema (Seção 4.1).

- Pontos positivos: transparência e clareza na metodologia, riqueza de informações, usabilidade para tarefas simples.
- Pontos negativos: falta de interatividade, no sentido de o usuário poder transformar o sistema de acordo com seus critérios (será discutido adiante)

Inspiração: Political Compass – site pioneiro no *quizz* político online no ar desde 2000 pelo site (politicalcompass.com). Seu diagrama popularizou a análise paramétrica de assuntos políticos no discurso público, sendo reproduzida para mapear o perfil de partidos políticos do Parlamento Inglês. Segundo o seu autor, a ideia por trás do projeto era abrir a consciência do público para outros parâmetros além da classificação direita-esquerda.

- Pontos positivos: total interatividade por meio de um questionário. Tem o valor adicionado de esclarecer conceitos políticos ao público iniciado.
- Pontos negativos: falta de transparência na metodologia empregada na geração dos resultados.

Acompanhamento político: *App Govern*, *Meu Deputado* – dois aplicativos de *mobile* com propostas interessantes. O primeiro é focado no debate, fomentando perguntas sujeitas à votação como num fórum; no segundo o usuário pode se inscrever a perfis de deputados federais e receber atualizações referentes aos seus gastos parlamentares, presença nas sessões etc.

Interatividade: Detector de Ficha de Político – aplicativo que se popularizou pela forma inovadora de *input* (reconhecimento facial pela câmera do dispositivo) que o usuário faz de políticos. O sistema retorna a relação do político com irregularidades

com a justiça.

1.4 MÉTRICAS DE SUCESSO

Considerando os objetivos tanto abrangentes quanto específicos do projeto, pode-se mensurar o seu grau de efetividade e sucesso por meio de seus resultados quantitativos e qualitativos.

1.4.1 MÉTRICAS QUALITATIVAS

- Quantidade visualizações, de inscritos (taxa de conversão) e crescimento orgânico da base de usuários;
- Assiduidade e engajamento;
- Métricas de usabilidade e experiência de usuário que indicam a facilidade e
- Diversidade e pluralidade demográfica da base de usuários; entre outros.

1.4.2 MÉTRICAS QUANTITATIVAS

- Nível dos debates engajados dentro dos espaços de diálogo da plataforma;
- Uso adequado pela comunidade, evitando drásticos desvios de finalidade, que poderiam mitigar ou até perverter os intentos originais do projeto;
- Impressão e opinião do público sobre a plataforma;

Algumas destas métricas quantitativas estão associadas às impressões qualitativas e vice-versa. Uma boa opinião pública, por exemplo, significaria que a aplicação estaria aberta para um público de ampla matiz político-ideológica. Por se tratar de um trabalho acadêmico, métricas como quantidade de inscritos e crescimento estão postos para refletir uma visão de negócios, caso o projeto fosse implementado.

2 METODOLOGIA

De forma básica, o projeto se dividirá ao longo dos cerca três meses do semestre em cinco etapas:

1. Análise de aplicações e projetos semelhantes, em termos de proposta, uso, resultados e desdobramentos. Definição dos parâmetros do sistema e de testes.
2. Construção da arquitetura de informação, modelo de rede social e suas dinâmicas e fluxos de ações. Estes parâmetros servem de base para a construção dos leiautes e conjecturar um possível esquema de banco de dados.
3. Identificação das situações e papéis de usuários possíveis e propostas de soluções, com vistas aos objetivos gerais e específicos estabelecidos e às definições do projeto.
4. Proposta de estilo, cores, tipografia, logotipo, simbologia e ferramentas visuais que auxiliem ou enriqueçam a interação com o usuário.
5. Implementação e teste dos sistemas interativos por meio de simuladores de aplicativos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO (2010 – 2018)

A tecnologia das comunicações – assim como nas esferas econômica, privada e de relações interpessoais – está ganhando centralidade nos processos políticos de todas as nações onde ela penetra. Os meios de mídia de massa, palcos convencionais de veiculação de campanhas eleitorais, concorrem com uma força de influência cada vez maior dos meios difusos e descentralizados dos fóruns, portais de notícias e principalmente, redes sociais. Instituições responsáveis por monitorar, analisar e regular a circulação de informações pertinentes à vida pública, desde propaganda política à imprensa entendida como o “quarto poder”, encontram desafios crescentes nos seus intentos após a migração do centro gravitacional de mobilização e influência neste novo meio.

Se as redes sociais se proliferam e desenvolveram em velocidade mais rápida que a compreensão e análise política de seus efeitos; a defasagem de resposta e adaptação é agravada para sistemas jurídicos, legislativos e da sociedade civil que precisam fazer uma leitura destas novas dinâmicas e organizações à luz dos sistemas de legislação e regulação estabelecidos. Como exemplo, há um interesse e demanda cada vez maior de candidatos e plataformas partidárias em serviços de *'Big data'*, abrindo um amplo mercado especializado, antes limitado a aplicações voltadas ao mercado, como logística e marketing, só recentemente vem sendo expandido para aplicação em ciências exatas, sociais e econômicas com o advento da chamada *'sociedade da informação'* (Robertson, Travaglia; 2013).

O relativo despreparo de agentes governamentais, agências, tribunais e da própria população comum usuária destas tecnologias gera um ambiente de incerteza e, portanto, de desconfiança em relação às suas implicações político-sociais nos processos políticos, abrindo debates sobre os papéis da tecnologia da informação. Questões sociais na internet eram antes compartilhadas apenas por entidades técnicas ligadas a direitos civis e à liberdade de circulação da informação – como a

Electronic Frontier Foundation (EFF) nos Estados Unidos e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) ligado ao Ministério das Comunicações, criado em 1995. A consolidação da internet na vida social em conjunto à revelação de sucessivos casos envolvendo o uso irregular de dados pessoais por empresas e organizações governamentais – escândalo do Wikileaks em 2010 seguido da divulgação do vasto poder de monitoramento da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos pelo ex-analista Edward Snowden em 2013 – gerou respostas em governos do mundo todo com propostas legislativas com vistas a garantir direitos fundamentais e a liberdade na rede. No Brasil, cujo governo foi alvo de espionagem como revelado em documentos vazados, foi sancionado Marco Civil da Internet em 2014 em meio a controvérsias. O Partido Pirata, que advoga valores como a neutralidade da rede e privacidade propostos na legislação, retirou seu apoio ao texto por não concordar com a permissão de venda de dados pelos provedores. Outros grupos, seja ou não por motivações político-partidárias, alertaram à potencial ameaça à liberdade de expressão na internet.

Se discussões relativas ao âmbito jurídico da internet causam disputa política, a discussão dos rumos que as redes devem tomar em relação aos processos democráticos leva a interesses tais, e acirra os afetos de tal forma, que parece não haver janela para um consenso no sentido habermasiano do termo (cf. SOUZA, 2006). O embate se dá tanto entre forças políticas internas do sistema representativo (partidos) quanto entre Estados e as corporações que atualmente detém enorme poder de influência pela mediação entre agentes políticos destes países: em especial o Google (*Google Search, Youtube e AdSense*) e Facebook. Esta situação leva ao impasse de se considerar que o poder público não deve interferir na forma com a qual o debate público está se dando dentro das redes. Quando algum fato político significativo emerge, sendo apontado como um resultado direta ou indiretamente relacionado à atividade dentro da internet, este impasse ou convenção entra mais uma vez em desarranjo quando forças políticas se sentem ameaçadas ou perdem o controle da situação.

A partir da primeira década do século XXI, com a adoção em massa das tecnologias de comunicação e informação (TCI), a internet se consolidou como um meio efetivo de atuação e protagonismo político, seus efeitos se tornando notórios. Os mais estridentes e logo noticiados foram as censuras a sites, aplicativos de mensagem e redes-sociais, quando não da internet por completo, em momentos de instabilidade pública com o objetivo de sabotar o ativismo dos cidadãos investidos nestas tecnologias. Geralmente ocorridos em regimes autoritários, com controle rígido sobre os veículos de mídia de massa onde as tecnologias sociais se apresentavam como a única alternativa para disseminação de ideias oposicionistas. O bloqueio completo do Facebook ocorreu momentaneamente no Egito e Síria durante a “primavera árabe”, termo usado para descrever os protestos e manifestações em vários países da África Setentrional e Oriente Médio entre 2010-2012 cuja dimensão, atribui-se, foi alcançada pelo acesso dos cidadãos à internet e redes-sociais, apesar de posteriormente este entendimento ter sido questionado (STEPANOVA, 2011; POLLOCK, 2011).

3.1.1 AS PRIMAVERAS DIGITAIS

Os efeitos da *primavera árabe* foram bem recebidos pelo mundo ocidental e liberal como uma possibilidade de avanço civilizatório e progressista em regiões antes afetadas pela barbárie e pelo arbítrio. No Egito, como em outras regiões, as manifestações foram encabeçadas por um grupo demográfico bastante ativo nas redes sociais: jovem, com educação formal e situados em centros urbanos e/ou meios universitários. O país contava com 17 milhões de usuários em 2010, cerca de 21% da população. Com o ambiente dos blogs e grupos políticos compartilhando informações, os movimentos anti-governo ganharam força fora das redes, convocando manifestações crescentes que culminaram na renúncia do presidente Hosni Mubarak. Seja por insensibilidade ou falta de entendimento das dinâmicas que articulavam estes movimentos, o governo egípcio foi o que tomou as atitudes mais agressivas entre os países árabes: além da forte repressão às manifestações de rua (após a queda em fevereiro de 2011, Mubarak foi sentenciado pela morte de 239 pessoas no contexto da revolução egípcia) o governo chegou a bloquear por completo o acesso à internet no país. No Irã, em contraponto, onde 48% da

população tinha acesso à internet em 2009, o recém-reeleito governo de Mahmoud Ahmadinejad se limitou a baixar a qualidade das conexões e a bloquear o acesso pontual a certos sites de notícias internacionais e opositores, além de utilizar as redes sociais para propagar mensagens contra os movimentos que o miravam.

Apesar dos interesses geopolíticos escusos que podem ser insinuados pelo entusiasmo – e colaboração – de grupos internacionais a estes movimentos de caráter doméstico, as condições e dinâmicas em que eles ocorreram instigaram os ânimos de observadores de diversas vertentes ideológicas para a potencialidade das TCI em mobilizar mudanças sociais. Manuel Castells, sociólogo espanhol referência em tecnologias de rede e sociedade, em *Redes de indignação e esperança* (2013) estuda a forma e a influência das TCI nos acontecimentos políticos no Oriente Médio (*Primavera Árabe*), Espanha (*Movimiento 15-M*) e Estados Unidos (*Occupy Wall Street*). Movimentos protagonizados em contextos sócio-culturais distintos em muitos aspectos, mas que compartilhavam de perfis, articulações e dinâmicas semelhantes. Foram movimentos predominantemente descentralizados, horizontais e com um forte apelo anti-institucional; que por sua vez demandavam de seus governantes mais horizontalidade e autonomia nas instituições, a exemplo do que experimentavam em sua atuação política. Se no Oriente Médio muitas vezes se combatiam regimes não-liberais e seus problemas de corrupção e cerceamento das liberdades democráticas, nos contextos espanhol e estadunidense a indignação se voltava contra o atrofamento das instituições democracia liberal subordinadas aos interesses de grandes corporações e bancos, fato evidenciado pelos escandalosos aportes financeiros bilionários (*bailouts*) cedidos pelo *Federal Reserve* a bancos comprometidos financeiramente. A participação destes agentes em espaços de articulação política, tanto virtual quanto física (por meio de assembleias, acampamentos e ocupações) nutriram uma cultura comunitária e radicalmente democrática para a qual o sociólogo chama tanta atenção quanto aos objetivos concretos conquistados ou não no curso destes acontecimentos. Curiosamente, remetem à contracultura “*hacker*” de inspiração libertária fomentada nos campi e institutos de pesquisa responsáveis pelo desenvolvimento da internet nos Estados Unidos desde os anos 1970 (CASTELLS, 2001). Na indústria do Vale do Silício

remanesceu apenas uma versão plástica e esterilizada desta cultura, estritamente voltada ao mercado. O fomento à criatividade, à inovação e à colaboração entre desenvolvedores e sistemas permitiu a rápida consolidação de protocolos de rede usados até hoje (TCP-IP, SMTP, HTML e outros que caíram em desuso, como o *Gopher*). Tais princípios, que seus idealizadores cultuavam, foram radicalizados com a filosofia do “Software Livre”, imaginada pelo programador Richard Stallman, fundador da *Free Software Foundation* (Fundação Software Livre). É desta época também a criação do já citado EEF.

3.1.2 AS DESILUSÕES DIGITAIS

Passados os anos de efervescência política ao redor do mundo, a impressão posterior que se tem é de que a internet, em especial as redes-sociais, não cumpriram a promessa anunciada por seus entusiastas, em trazer mais democracia e igualdade nos espaços de deliberação política; quando não, são apontados como responsáveis, ou pelo menos catalisadores, de reveses sociais que resultam na perda de esperança nas instituições democráticas – se estendendo à descrença com a própria ideia de democracia – e conseqüente ascensão da intolerância, da inclinação ao autoritarismo e às diversas formas de extremismos. Para ilustrar a mudança de humor e das expectativas aos efeitos da internet na vida pública: em 2010 o *Facebook* publica orgulhosamente os resultados de uma pesquisa apontando que sua plataforma ajudou a levar 340 mil cidadãos estadunidenses a mais às urnas nas eleições intercalares daquele ano. Se nesta época a influência no processo eleitoral gera boa publicidade à gigantesca plataforma, em 2018 o seu fundador e sócio-executivo Mark Zuckerberg, visivelmente desconfortável frente ao Senado do Estados Unidos, se esquiva publicamente sobre as acusações de uso de dados utilizados por grupos políticos e nega que sua empresa participara ativamente no resultado eleitoral em 2016, levando à vitória presidencial do mega-empresário Donald Trump, numa plataforma política radicalizada à direita não presenciava pelo Partido Republicano desde quando o pré-candidato ultraconservador Patrick Buchanan conclamou uma “guerra cultural” contra os democratas na convenção do partido em 1992.

As “redes de esperança”, para muitos que protagonizaram os primeiros levantes digitais as “redes de indignação”, se converteram em redes de frustração e medo. As instituições políticas não foram reformadas, as reformas anunciadas eram de caráter contingencial ou simplesmente promessas; demandas discutidas intensamente nestes espaços não encontravam eco nas instâncias deliberativas de poder e antes que a força política gerada por estes movimentos pudesse ser convertida em bancadas eleitas e leis aprovadas, setores do poder estabelecido articulavam campanhas cada vez mais sofisticadas de reação e contenção às mudanças utilizando-se, de maneira coordenada, do mesmo poder de capilaridade e organicidade das TCI. Descobriu-se que as mesmas ferramentas dinamizadoras de processos em prol da democratização em sociedades autocráticas também poderia fomentar decadência destes valores em democracias consolidadas.

Este trabalho simboliza antes de tudo uma expressão de contraponto ao sentimento de desesperança e desconfiança com as tecnologias digitais que tomou conta sobretudo de setores identificados no campo progressista e democrático; e espera somar uma modesta contribuição no âmbito do design de interação e tecnologias de informação na busca de soluções para os problemas de uma sociedade em rede complexa e multifacetada.

3.2 ULTRA-POLÍTICA E QUEDA DO CONSENSO

As manifestações e movimentos que surgiram a partir de 2008 não tinham qualquer coloração política em princípio. Seu distanciamento com partidos, sobretudo de progressistas e trabalhistas de esquerda (tradicionalmente as vanguardas nestes tipos de mobilizações populares) permitiram uma congregação de diversos segmentos em torno de objetivos difusos e genéricos, como o combate à corrupção, privilégios e às carências do poder público para com os anseios da sociedade, abrindo a crítica de que alguns destes movimentos contribuíam mais para a despolitização, entendida como a desorientação de foco para com as questões relevantes e efetivas em favor de pautas moralistas, neutras e supostamente universais.

Ao passar o turbilhão das mobilizações, resultantes em relativas vitórias, frustrações e violências, seja em Wall Street, Cairo, Madrid ou Brasília, o devir natural era que esta energia toda se dissipasse, gerando um sentimento de inquietude que despertava, principalmente nos setores mais instruídos, ao interesse na política e o desejo de manter aceso o processo político cintilado. Um paralelo com Maio de 1968 é quase irresistível de não se tecer, e as alusões eram constantes nos comentários mídia, muitas vezes de modo depreciativo (aludindo à imagem dos “rebeldes sem causa”). Mas uma distinção marcante que se pode notar entre os dois momentos é de ordem simbólica: enquanto a vanguarda europeia de 1968 assentava o terreno intelectual para a noção de 'pós-política', marcada pela superação do embate ideológico existente na Guerra Fria e consequente afirmação hegemônica do modelo liberal de gestão do Estado e da economia; as insurgências das mídias sociais traziam de volta a questão do conflito distributivo na sociedade (com o slogan 'somos os 99%') e na insatisfação com o modelo político e econômico vigente em trazer respostas efetivas à crise. Ficaram nítidas as limitações democráticas deste modelo, provocando uma crise de representatividade que se agravava cada vez que o governo legislava em favor de grandes grupos de interesse em detrimento a políticas sociais e de emprego para a maioria da população, que sentia as consequências perversas do desemprego, e na fragilização das redes de seguridade social causada por sucessivos ajustes fiscais.

3.2.1 A DEMOCRACIA LIBERAL EM CRISE

Portanto no plano econômico, e guardadas as devidas proporções e contexto, a história também traz o exemplo da crise de 1929 e resultante ebulição política para ajudar a entender os recentes acontecimentos pós-crise de 2008. Não que se queira fazer uma interpretação fatalista de uma repetição cíclica e economicista da história, nem que se queira tirar conclusões alarmistas, tendenciosas e/ou intelectualmente preguiçosas como a de que estamos presenciando a volta do fascismo no mundo (contribuindo com a banalização do conceito, usado quase como um epíteto ofensivo). O importante desta análise é entender como grupos radicais de direita conseguiram ganhar espaço político a ponto de elegerem representantes e se

afirmarem como força política após décadas de ostracismo e marginalização.

3.2.2 O EXTREMISMO NORMALIZADO

Em sua obra mais popular, *A era dos extremos* (1994), Eric Hobsbawm descreve um panorama social e político do entreguerras no sugestivo capítulo *A queda do liberalismo*, explicando que, em relação ao radicalismo crescente naquele período, “nenhum regime que pudesse ser considerado liberal-democrático foi derrubado pela esquerda, o perigo vinha exclusivamente da direita” (pg. 116). Apesar do improvável ressurgimento de estados com contornos totalitários na Europa ou de ditaduras na América Latina nos dias de hoje, os novos grupos de direita, com uma base extremamente versada na cultura de internet, são grupos que demonstram grande potencial de mobilização e penetração nas redes. Angela Nagle, na atualíssima obra *“Kill all Normies: Online Culture Wars from 4Chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right”* (2017) faz uma digressão, como o próprio título sugere, no caminho percorrido desde o surgimento de comunidades virtuais voltadas a interesses diversos ao estabelecimento de grupos identitários convertidos em identidades sócio-políticas, capazes de mobilizar grandes campanhas inovadoras na rede, movidos por afetos e estímulos muito pessoais, que culminaram em uma força decisiva nas eleições presidenciais de 2016, a mais polarizada dos Estados Unidos nos últimos tempos. A partir do caso dos EUA pode-se traçar dinâmicas semelhantes em processos eleitorais de outros países onde o centro moderado vem perdendo espaço.

Para Nagle, comunidades virtuais de nicho como o *4chan* – fórum anônimo inicialmente voltado para *animes* e video-games convertido em uma espécie de confraria da “direita alternativa” (*alt-right*) – e o *Tumblr*, atraíam perfis que se sentiam deslocados socialmente e encontravam na vivência virtual um ponto de solidariedade e apoio: o primeiro predominantemente por homens jovens com problemas de relacionamento pessoal e o segundo por LGBTs e mulheres jovens com problemas de auto-estima e aceitação social. Nos E.U.A estes grupos se consolidaram nestas plataformas, mas é possível identificar composições parecidas em outras regiões. No Brasil por exemplo estes nichos estão ativos e

hermeticamente separados dentro das “bolhas” e grupos no *Facebook*. Para os membros de fóruns como o *4chan*, o anonimato que a plataforma garante lhes dá segurança para expressar livremente seus desejos e aspirações, por mais inadequados que sejam. Isso resultava em alguns casos positivos como o de membros de confessavam problemas de foro íntimo em busca de ajuda, mas o ambiente predominantemente masculino e anárquico promoveu uma tolerância beirando a ilegalidade em relação ao machismo, misoginia, racismo, e outras formas de preconceitos e opressões, atenuadas no conceito do “politicamente incorreto”.

Nagle constata nestas últimas comunidades uma “cultura da transgressão” à direita, com uma estética de contracultura que a aproxima mais da esquerda de 1968 com o seu slogan “é proibido proibir”, em contradição à imagem comumente associada à direita conservadora. O polemista e figura notória dos círculos do *alt-right* Milo Yannopoulos defende seu comportamento provocador como atos de 'transgressão'. Mas esta tendência não é uma novidade, só foi catalisada pela facilidade em se construir comunidades identitárias no ciber-espaço. A autora identifica exemplos destas manifestações nas artes e na cultura pop, como nos filmes *Psicopata americano* de Bret Easton Ellis (1991, adaptado ao cinema em 2000) e *Clube da Luta* de Chuck Palahniuk (1996, que ganhou adaptação em 1999). Ambos exibem rompantes de masculinidade em revolta a uma sociedade amenizada desde as revoluções culturais que o ocidente viveu no pós-guerra. O protagonista da adaptação cinematográfica de *Psicopata Americano*, Patrick Bateman, é cultuado nestes círculos. Outra referência recorrente é o filme *Matrix* (2000), cuja alegoria filosófica – “saia da Matrix! Tome a pílula vermelha – serve como uma espécie de chamamento para estes grupos. O pesquisador da Universidade de São Paulo Pablo Ortellado também compartilha desta tese. Em sua coluna publicada pela *Folha de S. Paulo* em 31/10/2017, o professor considera que “várias das reivindicações emancipatórias da geração de 1968 foram incorporadas como elementos normativos das instituições que cuidam da reprodução social”, em outras palavras, estes movimentos que conquistaram espaços através de seu ativismo fariam atualmente parte do establishment na visão da direita, que abstrai seus efeitos na amálgama do “politicamente correto”. A partir desta narrativa, questões socioculturais se tornariam o centro gravitacional de mobilização política da nova direita, assim como o foi para para a esquerda de 1968.

3.2.3 “GRAMSCIANOS DA DIREITA”

Junto com as estratégias transgressivas e aparentemente anti-sistêmicas de mobilização, os proponentes da nova direita radicalizada construíram para si um complexo teórico-midiático seguindo a ideia gramsciana de hegemonia cultural. Esta ideia existe desde a “Nouvelle Droite” contemporâneos à nova esquerda do anos 1960:

“A Nova Direita Francesa ou Nouvelle Droite adaptou as teorias de Antonio Gramsci de que uma mudança política segue a uma mudança cultural e social. Andrew Breitbart [radialista e dono de um influente site conservador dos E.U.A] costumava dizer que a política vem sempre "por baixo, pela cultura", frase frequentemente citada por Milo. Filip Dewinter, líder do partido de extrema-direita e anti-imigração belga Vlaams Blok, coloca nestes termos: "a maioria ideológica é mais importante do que a maioria parlamentar." (NAGLE, op cit; p. 71)

No campo filosófico-teórico, os neo-conservadores trazem leituras críticas ao capitalismo liberal e aos sistemas de governança global e dominação midiática que ganharam popularidade entre a nova esquerda na década de 1980 com autores como Immanuel Wallerstein e Noam Chomsky; só que agora o objeto de crítica não era a globalização promovida pela Comissão Trilateral, e sim a chamada agenda “globalista” promovida por órgãos das Nações Unidas em acordos internacionais. Este tipo de apropriação e adaptação de discurso remete ao comentário de Hobsbawn acerca do fascismo:

Os fascistas eram os revolucionários da contrarrevolução: em sua retórica, em seu apelo aos que se consideravam vítimas da sociedade, em sua convocação a uma total transformação da sociedade, e até mesmo em sua deliberada adaptação aos símbolos e nomes dos revolucionários sociais, tão óbvia no Partido Nacional-Socialista dos trabalhadores de Hitler, com sua bandeira vermelha (modificada) e sua imediata instituição do 1o de maio dos comunistas como feriado oficial em 1933 (HOBSPATH, 1993; p. 121)

No campo midiático, há uma rede de institutos de pesquisa (think-tanks), sites, blogs, canais de vídeos, áudio; em suma, toda uma atmosfera virtual que promove os valores do liberalismo econômico e do conservadorismo político em várias frentes culturais. Muitas destas mídias mantinham certa obscuridade até que algum fato marcante trouxesse temas controversos de interesse da nova direita em pauta. Na internet, por uma questão de marketing, os princípios jornalísticos de clareza e correção são deixados de lado pelos estímulos ao polêmico e conflituoso que gera mais cliques, já que inflingem afetos como indignação e ódio aos leitores. Este fenômeno acaba sendo aproveitado no âmbito da “ultra-política”.

3.2.4 DA ARQUI-POLÍTICA À ULTRA-POLÍTICA

O eventos apresentados anteriormente foram objeto de estudo do filósofo francês Jacques Rancière, que se afastou de seu mentor Louis Althusser nas leituras dos eventos de 1968. Rancière tinha uma concepção mais radical de política e a classificava por critérios que foram estabelecidos em sua obra. Para Rancière, a *política*, no seu sentido mais puro, só se manifestava nos momentos em que o sistema político vigente se encontrava questionado por atores que demandavam seu espaço nele. As primaveras ocorridas desde os anos 2010, com novas formas de protestos e manifestações, proporcionadas pelos meios tecnológicos, podem ilustrar bem esta tese. Para acomodar a energia desta comunidade não-representada dentro do sistema político, Rancière propõe três formas do que ele chama de *política* com o sentido de *polícia* (RANCIÈRE, 1999, p. 61, apud OLIVER, 2015) a saber:

- *arqui-política* – inspirada em Platão, propõe a delimitação de todos os aspectos da ação política, sem deixar nenhum espaço vazio;
- *para-política* – domesticação dos conflitos políticos adequando-os em um campo de competição com regras pré-estabelecidas;
- *meta-política* – reducionismo da política à sua esfera econômica, advogando por uma visão tecnocrática de política.

A estas três, o filósofo crítico esloveno Slavoj Žižek indica à necessidade de

mais uma categoria (op. cit), produto das novas correlações de forças nos meios digitais: a ultra-política, entendida como a despolitização da ação política pela sua redução ao simbólico; militarização dos afetos, falsa radicalização. As redes-sociais e sua filtragem de bolha (cf. BOZDAG, 2013) apresentam um terreno fértil para este fenômeno. Um mesmo fato pode ser apresentado com direcionamento preciso para determinados públicos em diferentes formas. E, diferente dos meios de comunicação em massa, que possuem um público amplo, nas redes-sociais há uma tolerância muito maior para a proliferação de conteúdo enviesado, muitas vezes com distorção e falseamento dos fatos, o que muitos apontam como perigoso para a vida democrática. O crescente descrédito público dos meios tradicionais e oficiais de informação, e a falta de referência que isto gera, abre o paradigma que se popularizou com o conceito de *pós-verdade*.

Cabe aos cientistas sociais, políticos, intelectuais e especialistas de diversos campos, incluindo os de design, buscar compreender este novo mundo complexo em crise.

4 ANÁLISE DOS CONCORRENTES

4.1 RANKING DOS POLÍTICOS

O principal produto analisado foi a plataforma Rankings Políticos, criado por Alexandre Ostrowiecki e Renato Feder em mantido no ar desde 2012 pelo site (www.politicos.org.br). A plataforma possui um banco de dados com todos os parlamentares federais (deputados e senadores) da atual legislatura, e os classifica por meio de cinco critérios de avaliação que geram uma pontuação. Além dos criadores, há um conselho estratégico e um conselho de avaliação das leis tramitadas no Congresso que servem de parâmetro na pontuação dos políticos.

4.1.1 METODOLOGIA

A metodologia do sistema é relativamente simples: a pontuação final do parlamentar é definida por cinco critérios, gerados com através de dados públicos (Lei nº 12.527/2011). Os critérios de avaliação se dividem em:

- *Presença* – É calculado um índice do parlamentar comparando as suas faltas não-justificadas com a média geral.
- *Privilégios* – Tem como parâmetro a utilização da cota parlamentar dos parlamentares em relação à média geral. Quando este gasto é maior em dez pontos percentuais que esta média, o parlamentar perde dez ponto, e o inverso também se aplica.
- *Processos* – O parlamentar perde dez ponto a cada processo na justiça que o envolva como réu. Podendo perder mais dez pontos caso a acusação seja grave ou seja concluída com condenação.
- *Outros* – Inclui alguns critérios como formação acadêmica do parlamentar (ganha 10 pontos caso tenha), sua “fidelidade” partidária (parlamentares que trocam de legenda frequentemente são penalizados no ranking) e outras avaliações mais arbitrárias.
- *Qualidade legislativa* – Gera uma pontuação de acordo com a votação dos

parlamentares a determinadas leis. Cujos valores são definidos por um conselho avaliador de leis, formado majoritariamente por cientistas políticos, economistas, administradores e analistas de instituições financeiras.

4.1.2 “CARREGANDO O ELEFANTE” – PRECEITOS QUE INSPIRARAM O PROJETO

A ideia no projeto já estava anunciada no livro *Carregando o Elefante – como transformar o Brasil no país mais rico do mundo*, publicado em 2007 por Alexandre Ostrowiecki e Renato Feder, idealizadores do Ranking dos Políticos. De maneira um tanto radical e idealista, os autores na primeira parte fazem um diagnóstico de problemas identificados no país, resumidos na máxima “Impostos suecos e serviços públicos nigerianos” e na segunda parte trazem um conjunto de propostas para os problemas políticos e econômicos do Brasil sob uma ótica (não declarada) extremamente liberal e por vezes conservadora. Separadas por assuntos, estas propostas são detalhadas em capítulos que listam desde as supostas vantagens até um esboço da implementação dessas mudanças pelo poder público.

Entre as propostas estão: a opção pelo voto distrital; enxugamento das prefeituras municipais e abolição dos governos estaduais, ficando o Governo Federal responsável pelas funções essenciais das esferas executiva; unificação da polícia; privatização de todas as estatais e empresas de economia mista nas mãos do governo; privatização das escolas, universidades e presídios federais; abolição do sistema de Previdência Social, e do Sistema Único de Saúde, dando preferência aos sistemas de previdência e planos de saúde privados; redução drástica nos impostos e simplificação no sistema de arrecadação; privatização do sistema judiciário e por fim, uma reforma trabalhista que diminua os encargos, flexibilize as negociações trabalhistas e mude a orientação da Justiça do Trabalho para, na palavra dos autores: “Forçar os magistrados a defender os acordos contratados e não defender incondicionalmente os empregados” (op cit, pg. 152).

Na conclusão os autores imaginam que uma forma de alcançar estas metas é

pele meio democrático (por mais que suas ideias defendidas soem impopulares), aumentando o nível de conscientização em relação aos políticos, o que faria as pessoas, como diz o senso comum, “votarem melhor”. Este conjunto de propostas, ou agenda política, tem muita relação com os preceitos que orientam a avaliação de leis para o critério “qualidade legislativa” da plataforma.

4.1.3 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

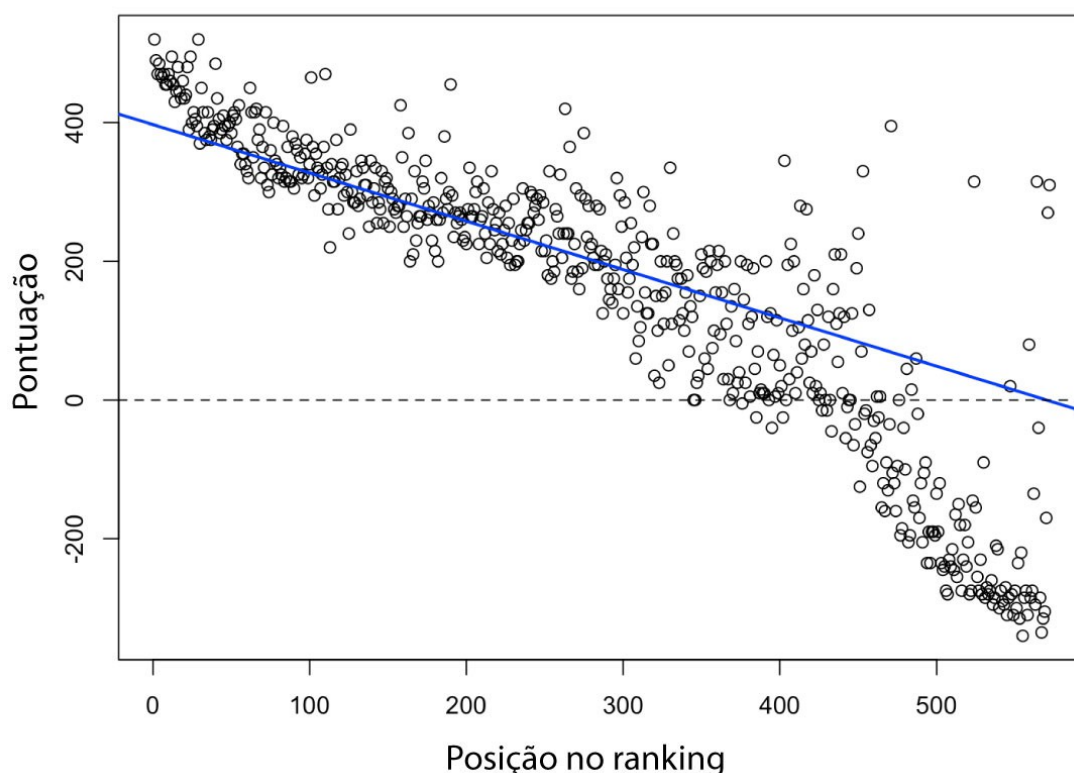
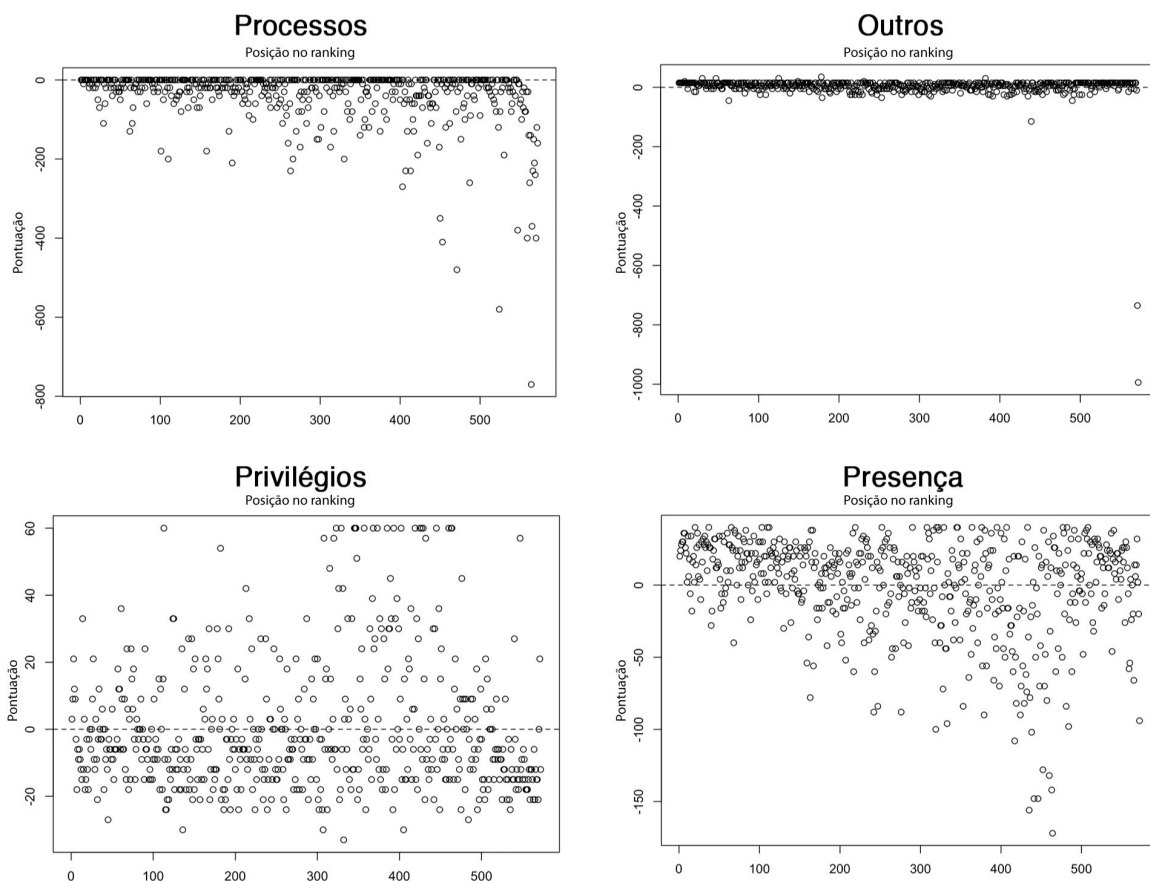


Gráfico 1 – Pontuação dos políticos no critério “qualidade legislativa” distribuídos em relação ao ranking geral.
Fonte: Ranking dos Políticos

Ao analisar estatisticamente os valores do ranking em relação aos critérios de pontuação, percebe-se que o critério da “qualidade legislativa” tem um alto coeficiente de correlação (-0.891) com a classificação no ranking em relação aos outros critérios (“processos judiciais” tem correlação de -0.274; “presença nas sessões”, -0.255; “outros” e “privilégios” possuem correlação baixa de -0.115 e 0.048 respectivamente).

Isto implica que o critério mais relevante para o posicionamento do ranking é

o que avalia a atividade legislativa do parlamentar, também significa que a agenda política dos idealizadores e membros do conselho do ranking pode ser considerada decisiva na classificação.



Gráficos 2-5 – Pontuação dos políticos nos critérios “Processos”, “Outros”, “Privilégios” e “Presença”.

Fonte: Ranking dos Políticos

Estes resultados poderiam ser considerados positivos se valores avaliados pela banca fossem compartilhados por todo mundo. O que não é o caso. Algumas leis positivamente avaliadas no sistema tem ampla rejeição popular, como a reforma trabalhista (Lei Nº 13.467/17) com 61% de rejeição segundo o Instituto Datafolha (2016) e a Emenda Constitucional Nº 55 com 60% de reprovação contra 24% de aprovação, segundo o mesmo instituto (2017). Outras bandeiras como as privatizações[] também não tem o mesmo nível de apoio popular que o dos proponentes do projeto. Isso sem contar com a avaliação positiva (+25 pontos) de um evento totalmente como o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016.

Outros critérios que realmente teriam uma fundamentação neutra tem menos peso na classificação geral, com exceção do de processos judiciais. O critério “outros”, por exemplo, é por vezes utilizado para fazer manipulações pontuais no ranking, como no caso de um notório senador de Minas Gerais que, não fosse a pesada penalização arbitrária no critério “outros” colocando-o nas últimas posições, estaria bem posicionado no ranking.

Em última análise, pode-se considerar que os criadores do projeto Ranking dos Políticos e sua organização possuem uma visão tecnocrática de política. O conceito de tecnocracia ou o governo dos técnicos não possui conotação ideológica específica, sendo utilizada também para descrever a organização de governos de inspiração marxista, mas que ganha força no campo da direita desde a investida intelectual de ideólogos como Frederic von Hayek e von Mises contra o Estado de bem-estar social que se estabeleceu no pós-guerra (SOUSA, 1973).

4.2 POLITICAL COMPASS

Atribuído ao jornalista político inglês Wayne Brittenden, o Political Compass (bússola política) foi um projeto pioneiro de classificação política na internet. No ar desde 2001, o site (politicalcompass.org) mantém o mesmo formato que consagrou o seu sistema de visualização de campos do espectro político em um plano cartesiano de dois eixos: um econômico (direita–esquerda) e outro social (autoritarismo–libertarismo). Seu uso é simples: ao responder um questionário com cerca de 61 questões divididas em assuntos, o usuário descobre a sua posição dentro do espectro político representado pelo plano de quatro quadrantes. A experiência não dura mais que cinco minutos e seu resultado simples e intuitivo tem forte apelo para o público iniciado na política.

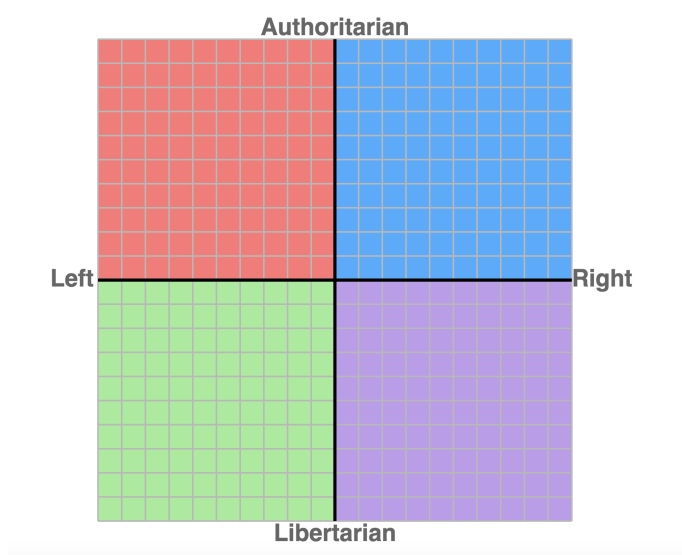


Figura 1 – Diagrama de eixos do “Political Compass” com quatro quadrantes: esquerda-autoritária, esquerda-libertária, direita-autoritária e direita-libertária.

Fonte: Political Compass

Segundo o autor, o sistema de classificação em dois eixos visa adicionar uma dimensão à tradicional espectro direita–esquerda, resolvendo suas ambivalências e contradições, um sistema mais abrangente e consistente, apesar de seu reducionismo com relação ao espectro direita e esquerda (não só em reduzi-la ao campo econômico mas também por implicar que a questão se resume ao nível de intervenção do Estado na economia).

4.2.1 TEORIA

O *Political Compass* não é uma ideia inteiramente original. Ela se baseia em outros sistemas cartesianos de posições políticas inspirados nos estudos do psicólogo britânico Hans Eysenck em 1954 (MITCHELL, 2007; p. 5). O mais notório sendo diagrama Nolan, criado pelo ativista libertariano* estadunidense David Nolan em 1970. Nele o plano é formado pelos eixos bidimensionais: liberdades individuais e liberdade econômica. O eixo direita–esquerda é transversal ao plano, sendo este o motivo dele se apresentar na diagonal, formando um losango. Nolan define cinco áreas dentro do diagrama: esquerda (ou liberal em países anglófonos), conservadores, autoritários, libertarianos e centristas (Figura 3).

Existem aplicativos de quizz inspirados no *Political Compass* que implementam o diagrama de Nolan nos resultados. Assim como o primeiro, este também recebe críticas pela forma reducionista de classificação e do alegado viés que o modelo possui favorável à ideologia libertariana (David Nolan foi um dos fundadores do *Libertarian Party* nos Estados Unidos) ao posicioná-la como o completo oposto do autoritarismo, e não apenas parcialmente como nos definidos campos da direita, esquerda e centro. O cientista político Brian Patrick Mitchell argumenta que este viés se deve à concepção particular que os libertarianos tem de liberdade, que não é compartilhado pela esquerda, por exemplo (op cit; p. 6).

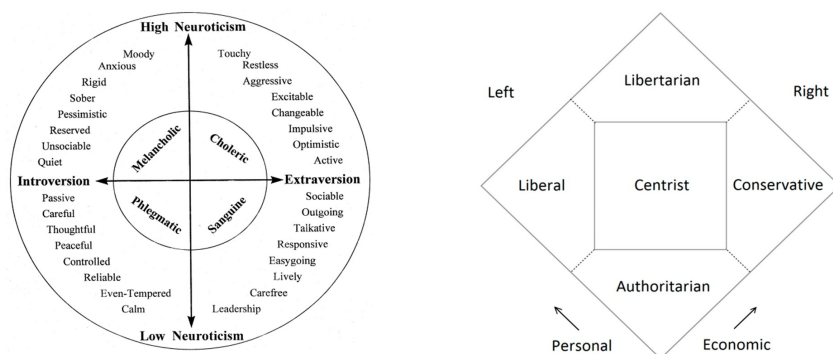


Figura 2 – Diagrama de personalidade de Hans Jurgen Eysenck (à esquerda) e de posições políticas proposto por David Nolan (à direita).

5 O PROJETO

5.1 ARQUITETURA DE INFORMAÇÃO

A partir da análise dos principais “modelos” de inspiração, tentou-se fazer uma mesclagem que implementasse os pontos positivos e evitasse os negativos de cada arquitetura. O Rankings dos Políticos possui, no geral, uma estrutura imutável pela comunidade de usuários (com exceção de um sistema de avaliação do usuário por estrelas implementado no site, mas que não influencia o resultado do ranking); já com o *Political Compass* é o oposto: a influência do usuário é total e isso permite que os resultados reflitam as suas posições subjetivas.

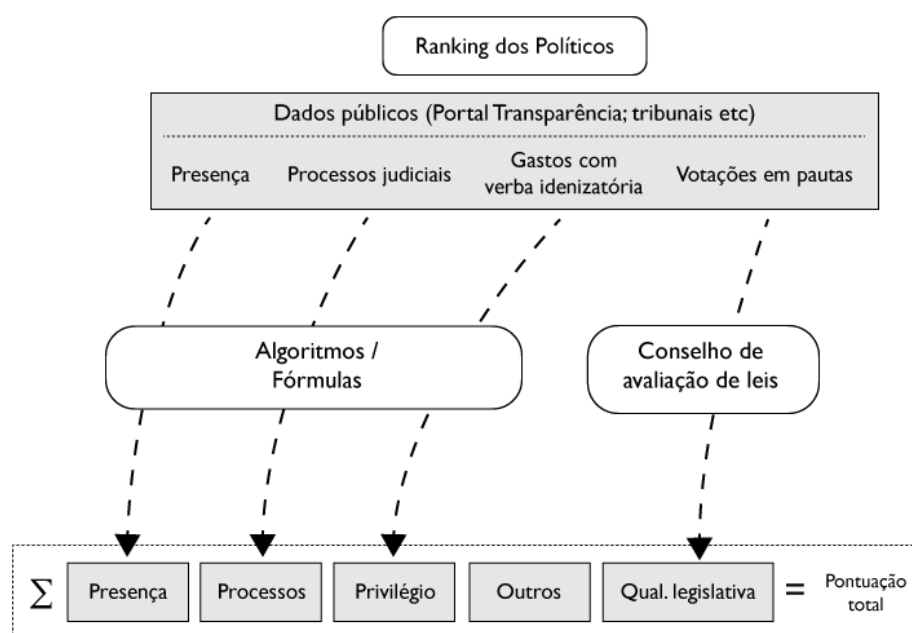
Parâmetro	Ranking dos Políticos	Political Compass	Me Representa
Influência do usuário nos resultados do sistema	Nenhum, existe um sistema aberto de avaliação mas informal	Total. O resultado é obtido com questionário respondido pelo usuário	Deve apresentar os dados de modo que reflita as preferências político-ideológicas do usuário.
Transparência no método	Total. As informações sobre como se calcula os resultados no ranking são detalhadamente explicadas e os dados estão disponíveis publicamente.	Pouca. Há uma ideia de como certas perguntas temáticas	Deve poder esclarecer o melhor possível da metodologia do sistema e do porquê de seus resultados serem os apresentados
Acompanhamento	Razoável. É possível observar mudanças nas posições do ranking com novas informações que são fornecidas ao sistema	Pouca. O teste é feito uma vez e o usuário só seria motivado a fazê-lo novamente para avaliar a mudança de posicionamento político com o tempo	Deve poder notificar o usuário das atividades de seu parlamentar para ser constantemente avaliado

Quadro 1 – comparação paramétrica das plataformas concorrentes e o idealizado para o aplicativo Me Representa.

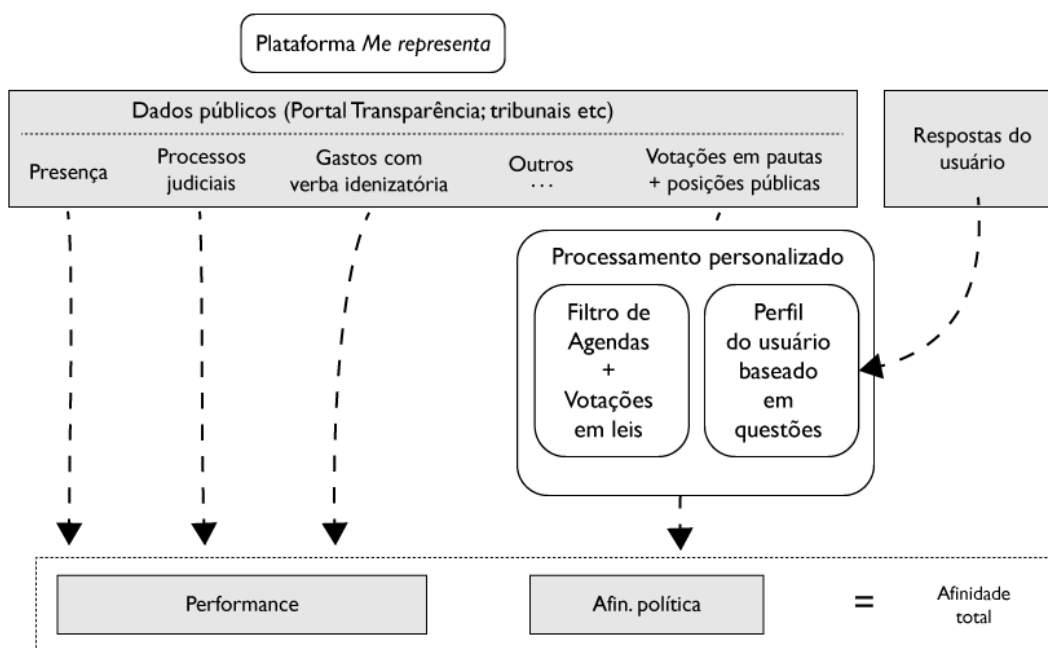
5.1.1 ESQUEMA DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

Para o projeto Me representa foi proposto então um modelo que conseguisse mesclar os pontos positivos dos dois sistemas analisados. Sendo eles: a capacidade do RP em classificar objetivamente parlamentares atuantes por meio de pontuação; e a capacidade do *Political Compass* em obter resultados personalizados e compreensíveis de indivíduos através de um sistema de *inputs* (questionário). Portanto, a ideia que orienta o sistema de pontuação do projeto é personalizar seus resultados, de acordo com parâmetros assimiláveis entre as posições políticas do usuário e agendas legislativas reais, que possam gerar como resultado um coeficiente, aqui chamado de *grau de afinidade*, entre o usuário e diversos políticos elencados.

Para fins de comparação, o Organograma 1 demonstra de modo simplificado o esquema de pontuação para cada deputado federal e senador ativos na plataforma Ranking dos políticos. Esta metodologia é descrita publicamente no site oficial do projeto. Disponível em: < <http://politicosp.org.br/criterios> >:



Organograma 1 – Esquema simplificado do sistema de pontuação do Ranking dos Políticos.



Organograma 2 – Esquema simplificado do sistema de pontuação da plataforma Me Representa.

É possível notar que a diferença entre os esquemas se dá na forma em como as fontes de dados são processadas. No RP, como discutido anteriormente, todos os critérios, com exceção do “outros” e “qualidade legislativa”, são processados de forma totalmente automática e uniforme, garantindo suposta isonomia de resultados (suposta pois as próprias fontes de dados e fórmulas com as quais são calculados os resultados podem estar sujeitos a críticas). No projeto do Me representa, assim como no próprio Rankings Políticos, estes parâmetros tem um peso menor na qualificação final. Já no critério “qualidade legislativa”, o projeto Me Representa possui uma arquitetura substancialmente distinta: em vez de os votos dos parlamentares serem calculados com referência a uma matriz de valores fixados por um único grupo centralizado – o Conselho de avaliação de leis – a avaliação quantitativa das leis é definida pelo próprio usuário, através de um sistema que estrutura e pondera as respostas registradas, humanamente legíveis e compreensíveis, a um conjunto de valores indexados que podem ser aplicados de forma dinâmica às leis, este sistema é descrito a seguir.

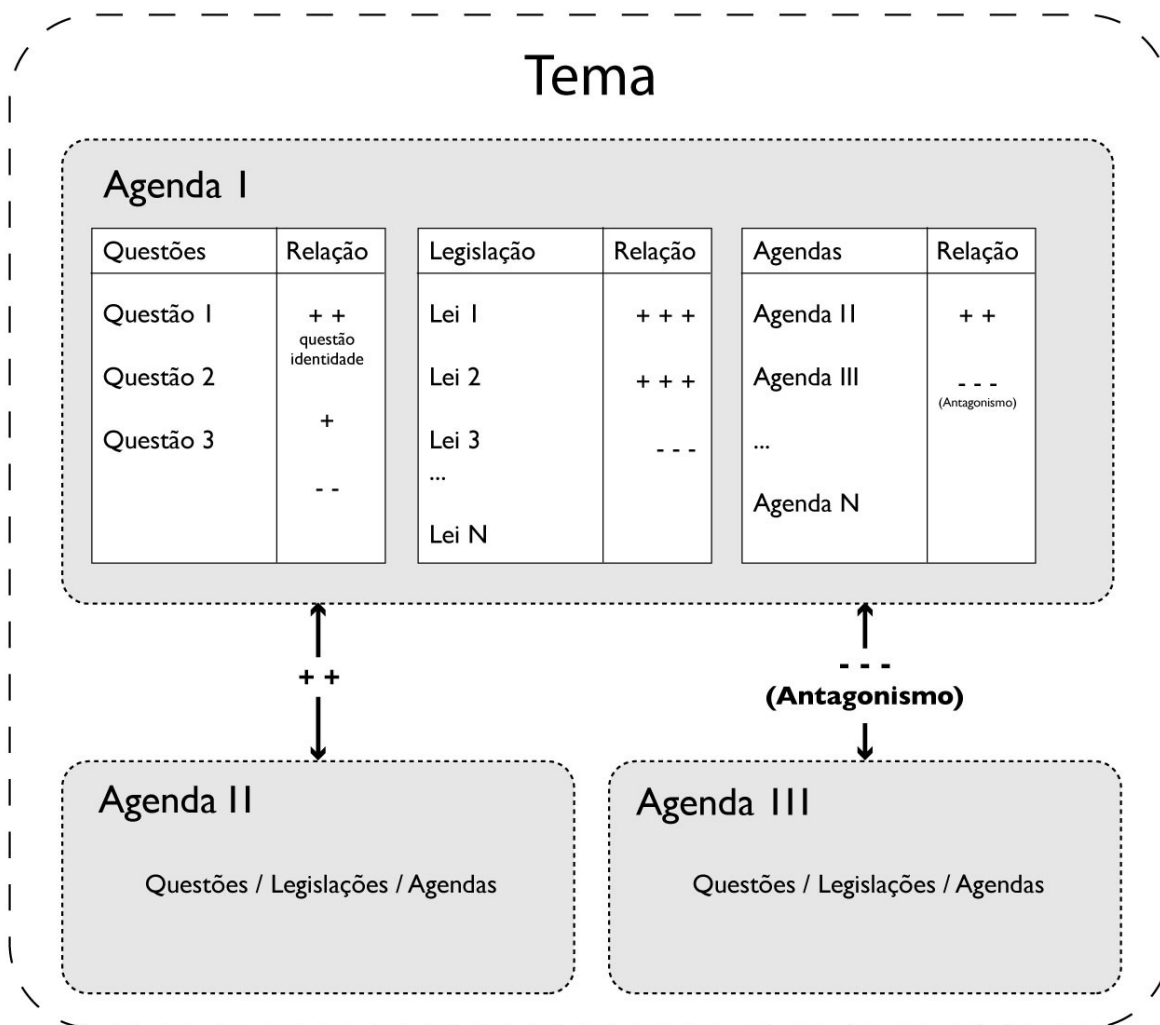
5.1.2 ESTRUTURAÇÃO DOS CRITÉRIOS: TEMAS, AGENDAS E QUESTÕES

No sistema, a questão é o elemento fundamental na ótica do usuário para a construção do seu perfil, de modo que quanto mais questões forem respondidas por ele ao longo da sua experiência com o aplicativo, mais dados estão disponíveis para a mensuração de sua compatibilidade (ou incompatibilidade) com políticos, partidos e, possivelmente, outros usuários. Para melhor orientar na identificação dos interesses e limitações do usuário, além de estruturar as questões de modo coerente, foi proposto um esquema hierárquico de classificação, que pode ser inclusive utilizado na modelagem de dados concreta do aplicativo. Ele se estrutura em:



Figura 3 – Estrutura dos critérios

- *Tema* – categoria que engloba assuntos de modo genérico e neutro. Temas podem conter outros temas.
- *Agenda* – cada tema pode conter uma ou várias agendas. Agendas *não* são neutras. Elas podem ser contraditórias ou afirmativas entre si. Agendas não podem possuir outras agendas. O formulador da agenda pode associá-la a leis e a projetos de lei em tramitação. Também pode associá-la a outras agendas. A estas associações é registrado um indicador de relação que define o grau de afinidade da agenda com as leis propostas.
- *Questões* – questões podem ser associadas a agendas e a temas. Quando associados a temas, estas questões devem ser formuladas do modo mais imparcial possível. Questões associadas às agendas, por sua vez, tem mais liberdade na sua proposição. Todas as respostas são dadas no padrão gradual “discordo totalmente” “concordo totalmente”, de modo que a estrutura das sentenças respeitem ao padrão: “Você concorda...?”, “Você apoia...?”; ou sejam dadas como proposições afirmativas, exemplo: “Eu acredito que o controle da inflação deva ser a principal preocupação da política econômica”.

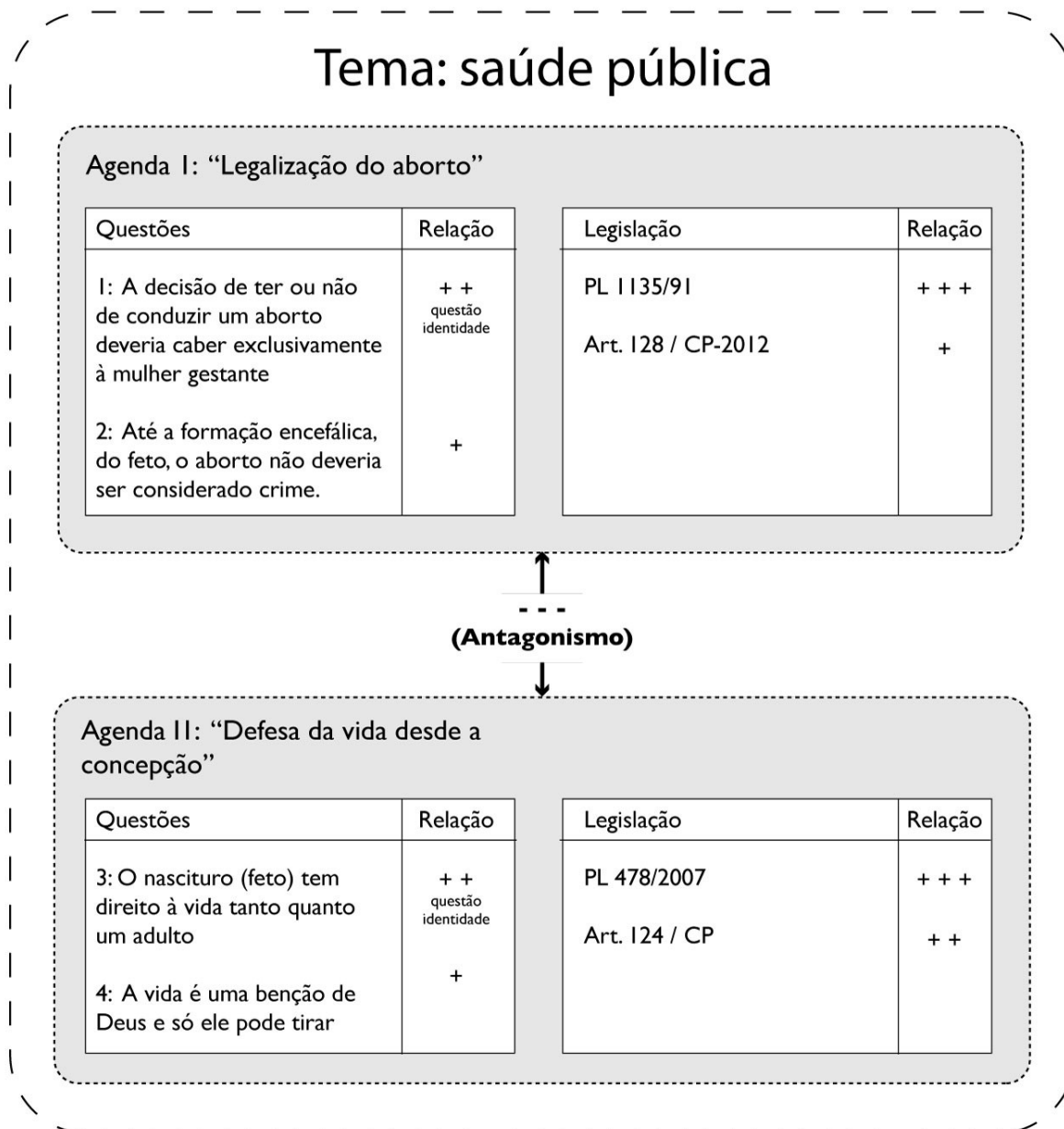


Organograma 3 – Estrutura dos critérios e como eles se relacionam com questões e legislações

O organograma 3 demonstra de modo simplificado como a os elementos se organizam e relacionam entre si. A agenda faz a ponte entre as questões, os pedaços de legislação e outras agendas. Todas as relações são quantificadas por um coeficiente, representado pelos sinais de mais (+) e menos (-). Estas relações são utilizadas no cálculo de afinidade entre os políticos e os usuários.

As relações das questões variam de “++” (questão identidade) para “- -”. Cada agenda pode ter várias questões, mas somente uma questão com o valor máximo (+ +). Esta regra serve para manter a clareza e objetividade na formulação de uma agenda. A legislação também é relacionada por grau (do “+ + +” a “- - -”). Agendas também se relacionam com outras agendas, pelos graus de compatibilidade “+ +” e antagonismo “- - -”.

Para exemplificar o funcionamento prático desta arquitetura, o Organograma 4 considera a questão do aborto que, por sua polaridade, pode ilustrar a relação entre agendas e legislações e questões referentes a elas

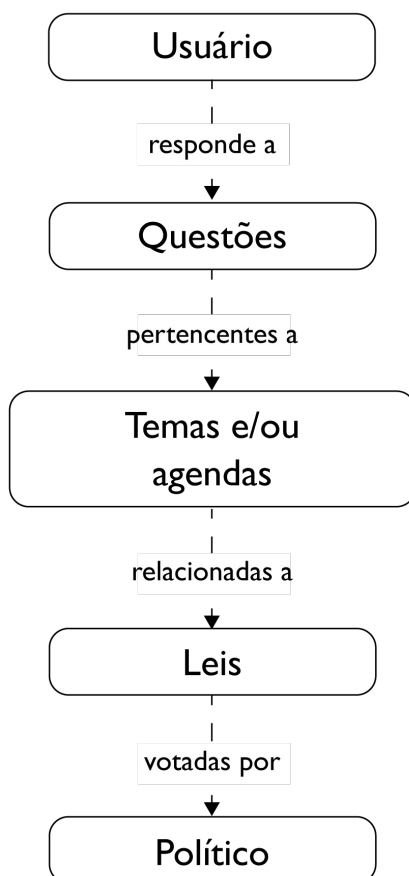


Organograma 4 – Estrutura dos critérios aplicada a um exemplo prático

Apesar de antagonistas, as duas agendas estão intrinsecamente relacionadas, de modo que se uma pessoa responder positivamente a uma questão relacionada a uma agenda, resulta numa influência negativa para a segunda.

5.1.3 CÁLCULO DO GRAU DE AFINIDADE

O grau de afinidade ajuda o usuário descobrir a compatibilidade dos representantes em relação às suas próprias opiniões e aspirações políticas, facilitando a decisão de quais o usuário escolhe para ser representado. A medida representa uma relação de proximidade ou antagonismo de ideias/projetos entre a população e representantes eleitos, dada pelo seguinte processo:

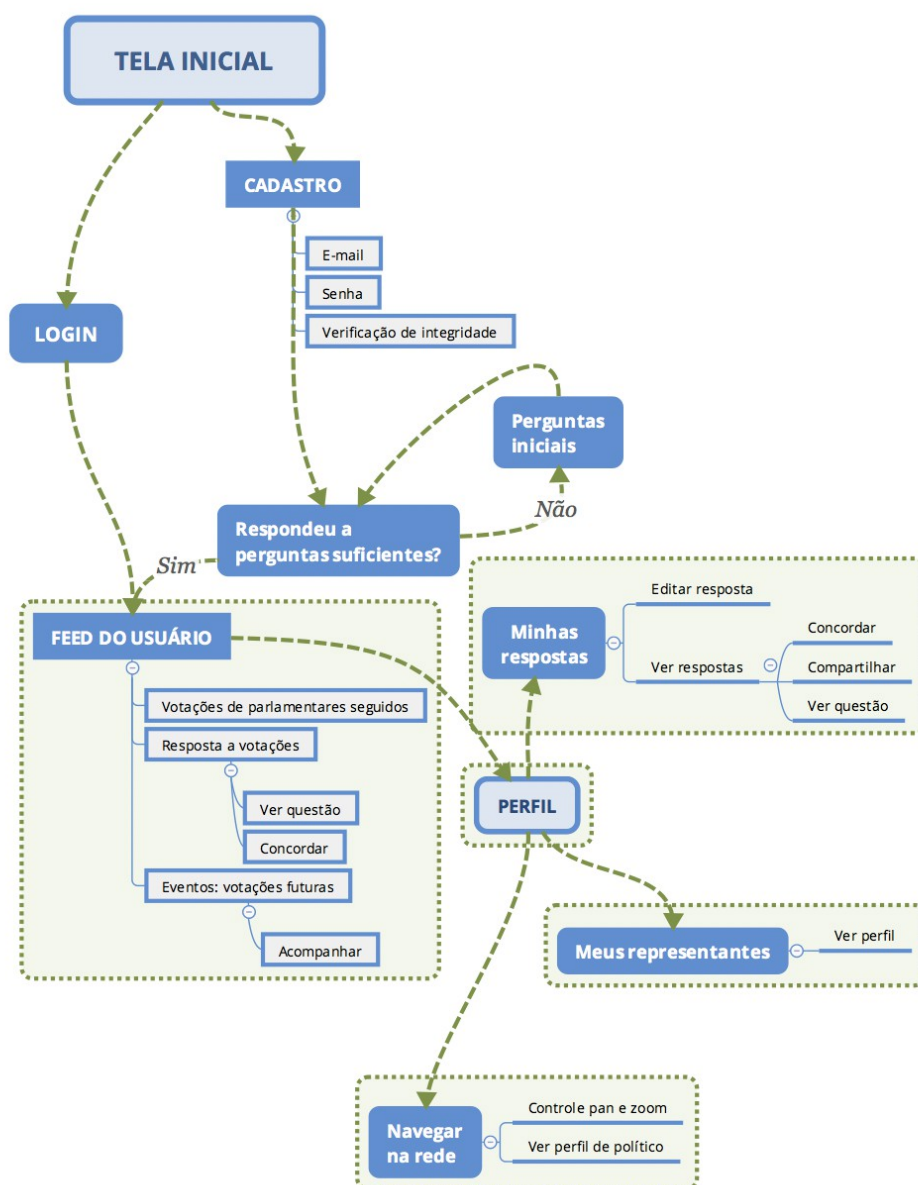


Organograma 5 – Relação de afinidade ou compatibilidade entre representantes e representados no sistema Me Representa.

As fórmulas para calcular a relação entre o usuário e o político, expressa pelo *coeficiente de afinidade*, estão formalizadas no Apêndice A.

5.2 MAPA DE INTERAÇÃO

Para se ter noção da experiência do usuário em um projeto de aplicação interativa é imprescindível o mapeamento de suas ações de forma sistemática em todas as situações possíveis de se prever. O diagrama abaixo faz este mapeamento com base nas ações do usuário pelo aplicativo.



Organograma 6 – Mapa de interação

5.3 CORES

Para o projeto optou-se por um esquema de cores que não remetesse diretamente a nenhum partido ou organização política. Optando por cores mais pastéis ou vívidas para elementos de fundo ou de destaque quando estas não estão associadas politicamente.



Figura 4 – Logotipos de partidos políticos do Brasil. Cores vermelhas fortes são comumente associadas à esquerda, enquanto cores como verde e amarelo a partidos de centro ou direita.

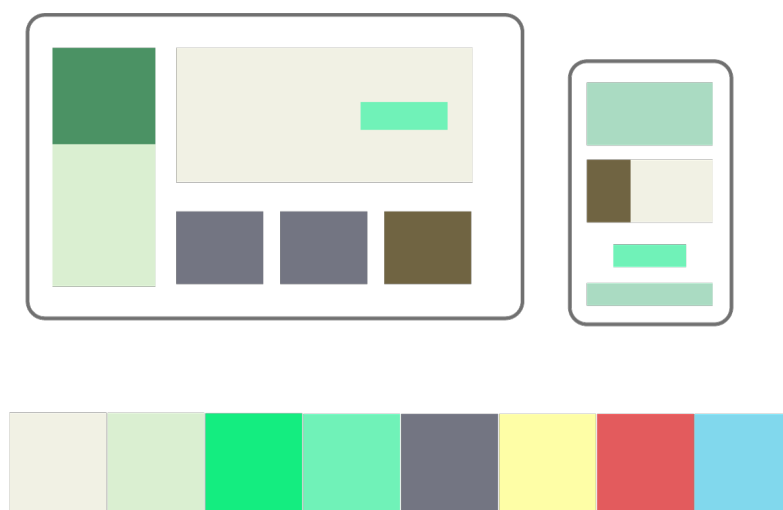


Figura 5– Esquema de cores para o aplicativo Me Representa

6 CONCLUSÃO

O projeto desde o início compreendia uma proposta conceitual e ambiciosa de aplicativo. Sua implementação completa e adequada necessitaria de recursos interdisciplinares fora da capacidade de um trabalho individual. Portanto, o desenho de sistemas de classificação de questões, leitura de fontes (tramitação de projetos por meio de sistemas como o LexML) e interação com o usuário foram simplificadas para fins de experimentação. O resultado, contudo, visiona soluções para problemas identificados na fase de fundamentação teórica, a saber: a formato comercial das plataformas de redes sociais contemporâneas, orientadas pela maximização do tempo de acesso em detrimento da qualidade e correção do conteúdo divulgado. Isso por sua vez promove um ambiente de nichos de pensamento em redes sociais (“filtragem de bolha”) e à que promove a polarização superficial de temas políticos importantes, sintetizado no conceito de ultra-política. A arquitetura do projeto ressalta projetos legislativos reais e os aproxima de seus usuários cidadãos. Em tempos de *fake-news* e pós-verdade, é uma tentativa de reconciliação entre política e verdade, valor fundamental para a manutenção de uma democracia.

REFERÊNCIA

ANDRÉS, Roberto. *Democracia sem partidos*. PISEAGRAMA. Disponível em: <<http://piseagrama.org/democracia-sem-partido/>>. Acesso em 24 de março de 2017.

BAGGIO, Kátia Gerab. *Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas*. Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, Campo Grande (MS), 2016. Disponível em <<http://bit.ly/2yQZD00>>.

BOLDI, F. **BONCHI**, C. **CASTILLO**, S. **VIGNA**, *Viscous democracy for social networks*, *Communications of the ACM* 54 (2011).

BOYD, d. m. and **ELISON**, N. B. (2007), Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13: 210–230.

BOZDAG, Engin. *Bias in algorithmic filtering and personalization*. *Ethics and Information Technology*. 15 (3): pg. 209–227.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DATAFOLHA. *Opinião sobre a PEC 55 PO813906 – 07 e 08/12/2016*. São paulo, dezembro de 2016.

_____. *Avaliação da Reforma Trabalhista PO813916 – 26 e 27/04/2017*. São Paulo, maio de 2017a.

_____. *Privatização e preço dos combustíveis PO 813942 29 e 30/11/2017*. São Paulo, dezembro de 2017b.

GARROSSINI, Daniela Favaro. *As tecnologias da informação e comunicação como*

vetores catalisadores de participação cidadã na construção de políticas públicas: o caso dos conselhos de saúde brasileiros. 2010.

HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991* / Eric Hobsbawn; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Venício. *Cultura democrática, Estado e movimentos sociais: Quais os desafios comuns?* IPEA. 2013.

MEYER, David. *How the German Pirate Party's "Liquid Democracy" Works*. 7 de maio de 2012. TECHPRESIDENT. Disponível em: <<http://techpresident.com/news/wegov/22154/how-german-pirate-partys-liquid-democracy-works>>. Acessado em 24 de março de 2017.

MITCHELL, Brian Patrick. *Eight ways to run the country: a new and revealing look at the left and right*. Praeger Publishers, Westport. 2007.

OLIVER, Bert. *Understanding 'world politics' today – Rancière and Žižek*. Thought Leader. 2015. Disponível em: <<http://thoughtleader.co.za/bertolivier/2015/01/23/understanding-world-politics-today-ranciere-and-zizek/>>. Acessado em junho de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. Editora Leya, 2016.

SIERRA CABALLERO, Francisco. *Golpes Mediáticos. Teoría y análisis de casos en América Latina*. Equador: Ediciones CIESPAL. 2016.

SOUSA, José Pedro Galvão de. *O Estado tecnocrático*. São Paulo, Saraiva. 1973.

SOUZA, Geraldo Luiz de. *Mediação e Habermas*. Londrina, 2006. (Monografia de

especialização em Filosofia Moderna e Contemporânea – Universidade Estadual de Londrina).

STEPANOVA, Ekaterina. *The Role of Information Communication Technologies in the “Arab Spring”*. PONARS Eurasia Policy Memo No. 159; New York, May 2011.

POLLOCK, John; *Streetbook: How Egyptian and Tunisian youth hacked the Arab Spring*. MIT Technology Review, Massachusetts; 2011. Disponível em: <<<https://www.technologyreview.com/s/425137/streetbook/>>> Acessado em abril de 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *Disagreement: politics and philosophy* / Jacques Rancière; translated by Julie Rose. University of Minnesota Press, 1999.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet* / Raquel Recuero. – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

_____. *Introdução à análise de redes sociais* / Raquel Recuero. – Salvador: EDUFBA, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. *Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization*. Social Science Research Network. Journal of Information Technology. 2015

APÊNDICE A – ALGORITMOS E FÓRMULAS PARA A OBTENÇÃO DOS COEFICIENTES DE AFINIDADES ENTRE USUÁRIOS E POLÍTICOS

Esta seção contém uma explicação mais detalhada da proposta de quantificar as relações entre os conjuntos das agendas, leis e questões que o usuário responde para se obter o coeficiente de afinidade de um político p . As fórmulas usam notação de álgebra relacional, ramo da lógica aplicada que auxilia a conceituação da bancos de dados relacionais. Nas fórmulas, o operador $|x|$ é conhecido como junção e tem a função equivalente do comando JOIN nas linguagem SQL (*Structured Query Language*).

Dados os conjuntos Ru que representa todas as respostas do usuário; S , que contém todos os conjuntos de agendas A ; o conjunto L , que contém todas as leis relacionadas a agendas no sistema e o conjunto Vp , que contém todos os votos do político p ; definidas pelas propriedades:

$$\begin{aligned}
 Ru &= \{(r, q_k) \mid -2 \leq r \leq 2\} \\
 S &= \{(A)\} \text{ onde } A = (A_q, A_l, A_a) \rightarrow \\
 A_q &= \{(q_k, a_k, c_{aq}) \mid -2 \leq c_{aq} \leq 2\} \\
 A_l &= \{(l_k, a_k, c_{al}) \mid -3 \leq c_{al} \leq 3\} \\
 A_a &= \{(a_{k1}, a_{k2}, c_{aa}) \mid -3 \leq c_{aa} \leq 3; a_{k1} \neq a_{k2}\} \\
 L &= \{(l_k)\} \\
 Vp &= \{(l_k, v) \mid v \in \mathbb{Z}; v \neq 0; -1 \leq v \leq 1\}
 \end{aligned}$$

Em que r é cada resposta do usuário u para a pergunta identificada pela chave q_k no conjunto Ru ; c_{aq} é o coeficiente de relação entre a agenda e a questão identificadas pelas chaves a_k e q_k respectivamente no conjunto A_q ; c_{al} é o coeficiente de relação entre uma agenda e um pedaço de legislação, identificados pelas a_k e l_k respectivamente no A_l ; c_{aa} é o coeficiente de relação entre duas agendas, identificadas pelas chaves a_{k1} e a_{k2} no conjunto A_a ; l_k representa uma chave de um pedaço de legislação e v representa um voto do político p na legislação identificada por l_k .

Primeiro, é preciso mensurar a relação entre as respostas do usuário e as agendas, por meio das questões associadas à agenda, gerando o conjunto $\mathbf{Au} = \{(c_a, a_k)\}$, onde se tira a média:

$$c_a = \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \left(1 + \frac{c_{aqi} - r_i}{2}\right) \text{ onde } \{(c_{aq1}, r_1), (c_{aq2}, r_2) \dots (c_{aqn}, r_n)\} \in (A_q | x | Ru) \text{ e}$$

$$a_k \in A_q | x | Ru$$

Depois, o conjunto $\mathbf{Au}' = \{(c_a', a_k)\}$ representa a relação entre as agendas, onde:

$$c_a' = \frac{c_a c_{aa}}{2} \text{ onde } \{(c_a, c_{aa})\} \in (A_u | x | A_a) \text{ e}$$

$$a_k \in A_u | x | A_a$$

Por fim, se obtém o conjunto $\mathbf{Aut} = \mathbf{Au} \wedge \mathbf{Au}'$.

A partir do conjunto \mathbf{Aut} é possível se gerar o conjunto dos coeficientes de afinidade entre as agendas e as votações $\mathbf{La} = \{c_i\}$, onde:

$$c_i = \frac{v c_{ai} c_a}{3} \text{ onde } \{(v, c_{ai}, c_a)\} \in (A_i | x | A_{ut}) | x | V_p \}$$

Finalmente, o coeficiente é obtido tirando-se a média aritmética de todos os valores c_i do conjunto \mathbf{La} :

$$\text{coeficiente de afinidade} = \sum_{i=1}^n \frac{c_i}{n} \text{ onde } \{c_{i1}, c_{i2} \dots c_{in}\} \in L_a$$

O coeficiente de afinidade deve estar no intervalo [-1, 1], e pode ser

convertido para a notação percentual através do cálculo $\frac{c+1}{2} 100$